

REQUALIFICAÇÃO DE RUÍNAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS TEORIAS CLÁSSICAS DE RESTAURO E ESTUDOS DE CASO

Laura Núñez Consoni (IC) e Guilherme Antônio Michelin (Orientador)

Apoio: PIBIC Mackenzie

RESUMO

As ruínas estão entre os maiores testemunhos da história humana, podendo ser caracterizada pelo seu grau de destruição. É no corpo da ruína que o ser humano se vê em uma posição de nostalgia. A readaptação de um edifício, na maioria dos casos, é a condição para sua sobrevivência quando sua função original desaparece, ou quando as características de sua arquitetura estão deterioradas a ponto de não mais satisfazerem às necessidades e exigências da sociedade atual. Este artigo apresentará uma pesquisa sobre intervenção em ruínas iniciada a partir da temática das ruínas dentro dos escritos de autores consagrados na área de conservação e restauro, como Viollet le Duc, Ruskin, Giovannoni, entre outros. Como parte do processo, foram realizados estudos de caso sobre o tema, incluindo pesquisa de campo no Santuário do Caraça, em Catas Altas, Minas Gerais. Desta forma, esta pesquisa buscou avaliar possíveis caminhos a serem percorridos dentro do campo da conservação e do restauro com a finalidade de obter o equilíbrio entre a memória da ruína e a busca pela inovação a partir do entendimento das relações entre teoria e prática, tendo como propósito, sua ressignificação, sempre respeitando a lembrança do que um dia aqueles vestígios já foram.

Palavras-chave: Ruína. Requalificação. Conservação.

ABSTRACT

The ruins are among the greatest testimonies of human history and can be characterized by their degree of destruction. It is in the body of ruin that the human being finds himself in a position of nostalgia. The readaptation of a building, in most cases, is the condition for its survival when its original function disappears, or when the characteristics of its architecture are deteriorated to the point of no longer satisfying the needs and demands of today's society. This article will present a research on intervention in ruins initiated from the theme of ruins within the writings of renowned authors from area of conservation and restoration, such as Viollet le Duc, Ruskin, Giovannoni, among others. As part of the process, case studies on the topic were carried out, including field research in the Santuário do Caraça, in Catas Altas, Minas Gerais. In this way, this research sought to evaluate possible paths to be followed within the field of conservation and restoration in order to obtain a balance between the memory of

the ruin and the search for innovation from the understanding of the relationship between theory and practice, having as purpose, its resignification, always respecting the memory of what those vestiges once were.

Keywords: Ruin. Requalification. Conservation.

1. INTRODUÇÃO

As ruínas são as mais evidentes representantes da inexorável sensação que a passagem do tempo cai sobre os objetos pertencentes ao homem. Uma ruína é, segundo Cesare Brandi (2017), tudo aquilo que é testemunho da história humana, mas com um aspecto bastante diverso e quase irreconhecível em relação àquela de que se revestia antes. É, segundo Andreas Huyssen (2014),

[...] um exemplo da combinação indissolúvel de desejos espaciais e temporais que desencadeiam a nostalgia. No corpo da ruína, o passado está presente nos resíduos, mas ao mesmo tempo não está mais acessível, o que faz da ruína um desencadeante especialmente poderoso da nostalgia. (HUYSEN, 2014, p. 91)

Porém, da mesma maneira que nos foi proporcionado o fascínio pelos vestígios do passado, também pode ser trazido à tona o temor de viver preso em seus resquícios sem uma constante evolução da sociedade. Sempre arrastando consigo o sentimento de aprisionamento dentro das marcas do tempo, o ser humano se encontra no dever de agir sobre os objetos arruinados que os cercam, fator muito associado à constante necessidade da transformação da “inutilidade” em *commodities* decorrente da sociedade capitalista em que vivemos (BAETA; NERY, 2017), um fator que acaba resultando em um certo olhar de negação às teorias de conservação preservacionistas que seguem a mesma lógica que o crítico John Ruskin.

[...] muitas ações, hoje, são ditadas por questões utilitárias: pelo uso, pela especulação em busca de maiores lucros, para obter visibilidade na mídia, também com intuits políticos-eleitorais [...], negando a origem, os objetivos e a própria essência da preservação como ato de cultura que tutela a memória e o conhecimento. (KÜHL, 2018, p. 31)

Em geral, a preservação de um ambiente histórico em um estado de deterioração faz com que se preserve a característica que se instaurou por muitos anos no local, sua permanência remete na população uma lembrança cultural e nostálgica histórica do redor em que a ruína se situa. A readaptação de um edifício, na maioria dos casos, é a condição para sua sobrevivência quando sua função original desaparece, ou quando as características de sua arquitetura estão deterioradas a ponto de não mais satisfazerem às necessidades e exigências da sociedade.

Buscando perpetuar tais sentimentos, são realizadas intervenções, como as de Reabilitação, permitindo que a construção se mantenha adequada para a utilização, uma vez que já não possuía a capacidade de abrigar qualquer função arquitetônica ou utilitária; ou também, do Retrofit, que segundo Silva (2013), ações visando a “[...] modernização de edifícios deteriorados e sua reinserção às dinâmicas urbanas.” (SILVA, 2013, p. 17)

Surgem assim, projetos que têm como objetivo a requalificação da ruína, podendo focar na criação de novos objetos arquitetônicos a partir de construções deterioradas ou apenas na consolidação do conjunto proposto com pequenas inserções contemporâneas.

Dando continuidade neste tema abordado, a primeira etapa desta pesquisa consistirá em um estudo acerca de reconhecidas teorias de restauro presentes; em especial, as de Viollet le Duc, John Ruskin, Camillo Boito, Alois Riegl e Gustavo Giovannoni. Assim também, como a leitura crítica de autores de interesse, que analisam as teorias clássicas, como Beatriz Mugayar Kühl com “Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: problemas teóricos de restauro” e Andreas Huyssen, com sua obra “Culturas do passado-presente”. E como complemento, a leitura e análise de assembleias, reuniões realizadas para a discussão do tema em questão, como por exemplo, a Carta de Veneza (1964) ou de leis vigentes que tem como foco a ressignificação de construções em estado de ruína. Essa leitura foi fundamental para se visualizar das principais bibliografias, foi possível traçar um panorama geral acerca das linhas distintas de posicionamento teórico-conceitual sobre o tema.

Em seguida, foi feito um estudo de quatro diferentes obras de requalificações realizadas, a partir de uma análise histórica e metodológica acerca das intervenções. Esses estudos foram desenvolvidos através da pesquisa bibliográfica em sites complementares, monografias, textos em periódicos de referência, documentos históricos, análises gráficas, fotografias e relatórios já previamente realizados por estudos anteriores. A partir do comparativo desses estudos de caso com as teorias analisadas previamente, foi-se desenvolvendo um posicionamento crítico sobre a relação entre teoria e prática.

Como conclusão, uma breve análise dos caminhos a serem percorridos dentro da conservação e restauro com a finalidade no equilíbrio entre a memória da ruína e a busca pela inovação a partir do entendimento das relações descobertas entre teoria e prática.

2. DESENVOLVIMENTO DO ARGUMENTO

2.1 Referencial teórico

No início do século XIX, o restauro estava ainda se formando como uma ciência e um dos nomes mais reconhecidos dentro deste amplo campo de atuação, sem dúvidas, é o de Viollet le Duc. Dentro de sua linha de pensamento, acreditava que “Restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento.” (VIOLETTE-LE-DUC, 2019, p. 29). É a partir do estudo aprofundado da obra, a ponto de entender a alma e o coração da ruína, para que assim tenha a capacidade de desenvolver sua forma e até mesmo sua vida primitiva (VIOLETTE-LE-DUC, 2019); arrumando dessa forma, qualquer “erro” cometido pelos autores originais da edificação.

Para o autor, era de extrema importância o conjunto em si da obra, e seu funcionamento; a intervenção é necessária para retribuir o edifício a um estado original, salvando-o de uma ruína iminente que a passagem do tempo causa sobre a edificação. Assim, Viollet-le-Duc postula o retorno a uma pretensa unidade de estilo que marca sua atuação em relação aos monumentos, fundamentando o conceito do denominado restauro estilístico.

Neste mesmo período, alguns anos mais tarde, essas ideias são duramente atacadas por John Ruskin, crítico inglês que sugere uma nova visão de conservação para as obras sujeitas às ações do tempo. Ruskin acreditava que qualquer projeto de intervenção poderia danificar a alma da obra, porque, assim, estaria dissociando-a de seu estado original e único; valorizava as ruínas a ponto de reconhecer que projetos arquitetônicos devem ser pensados em longo prazo, como estará seu estado de conservação anos depois; aliás, acreditava fielmente que somente quando uma obra chegasse em seu ponto de ruína, é que ela estaria em seu auge, em seu período mais marcante e promissor.

[...] apenas quando ele tiver se imbuído da fama dos homens, e se santificado pelos seus feitos; apenas quando suas paredes tiverem presenciado o sofrimento, e seus pilares ascenderem das sombras da morte – sua existência, mais duradoura do que a dos objetos naturais do mundo ao seu redor, poderá ser agradecida com os mesmos dons de linguagem e de vida que esses possuem. (RUSKIN, 2008, p. 68)

Enquanto Viollet le Duc defendia o caráter único e funcional da construção com a completa restauração, Ruskin, argumentava que qualquer tentativa de restauro estaria arruinando a obra em questão, uma vez que a construção original e a nova implementada sempre estarão separadas pelo tempo. A materialidade deveria ser tratada enquanto herança e repassada às gerações futuras, aceitando, no entanto, que a despeito de todos os esforços, seu fim chegará. “Seu dia fatal por fim chegará; mas que chegue declarada e abertamente, e que nenhum substituto desonroso e falso prive o monumento das honras fúnebres da memória.” (RUSKIN, 2008, p. 82)

Viollet le Duc e Ruskin sintetizam e exemplificam duas abordagens antagônicas em relação ao tratamento das ruínas. De um lado, a urgente necessidade da retomada da construção para o momento presente através de intervenções que reparam o espaço original e a passagem do tempo da obra, e retomam a uma possível e selecionada imagem do passado. E do outro, a apreciação do monumento por sua forma original, enquanto documento único e irreprodutível, que o aniquilaria ao tentar “salvá-lo” de um possível arruinamento.

Sendo assim, tais manifestações alimentaram debates e revisões acerca da temática do restauro, sendo uma das principais, as asserções de Camillo Boito no final do século XIX, nas quais tiveram um destaque para balizar o tratamento de monumento em estado de ruína. Na visão do arquiteto, o respeito pela materialidade da edificação em suas várias fases deve a todo custo ser mantido, incluindo seu respectivo caráter de antiguidade e autenticidade, de

modo a enfatizar o seu valor documental. Mas alinhado a isso, Boito (2008) ainda reflete sobre o fato de deixar a construção à mercê do tempo, concluindo isso como uma barbaridade e um terrível crime em relação à obra. Portanto, para o autor, “[...] é necessário que os complementos, se indispensáveis, e as adições [...], demonstrem não ser obras antigas, mas obras de hoje.” (BOITO, 2008, p. 61)

A intermediação entre a antiguidade e beleza levantada por Boito é um ponto crucial que configura um eixo de tratamento para os monumentos arruinados que fica entre uma postura mais conservativa representada por John Ruskin e uma metodologia mais estilística retratada por Viollet le Duc.

Já no início do século XX, o historiador de arte, Alois Riegl em sua obra “O culto moderno dos monumentos” defendia que um objeto para chegar ao estágio de sua preservação, era preciso que fosse atribuído à ele um valor específico, seja ele, valor histórico, artístico ou cultural. A análise de Riegl se estrutura

“[...] através de categorias de valores, os que chama de rememorativos, ligados ao passado, que necessariamente fazem parte da memória (valor de antiguidade, valor histórico e valor rememorativo). Junto a eles os chamados “de contemporaneidade”, que pertencem ao presente (valor instrumental e valor artístico: a) de novidade, b) artístico relativo [...].” (JUSTICIA, 2008, p.14)

Em 1920, seu pensamento é retomado com a teoria de Restauro Científico proposto por Gustavo Giovannoni, na qual defende antepor a conservação em relação à restauração, não excluindo e rejeitando qualquer forma de restauro, mas sim, aceitando a ruína com limitações. Reiterando que a intervenção deve ser através de operações de consolidação, recomposição e que valorizem os traços restantes de um monumento. Sua teoria era sustentada em evidências documentais, baseava-se em conhecimentos das ciências humanas, evitava tanto o fatalismo passivo de Ruskin como o intervencionista de Viollet le Duc.

Seguindo a linha mais conservadora acerca da memória da ruína, temos Andreas Huyssen com sua obra “Culturas do passado-presente”, na qual deixa explícito seu pensamento sobre os diferentes métodos de restauro. Segundo o autor, nessa era de “[...] preservação, restauração e novas versões”, todos os modos de intervenção existentes anulam a ideia de ruína autêntica”, sendo o caráter da intervenção a definição de uma “[...] aura ameaçadora das ruínas, por seu opressivo entrelaçamento de passado e presente, natureza e cultura, morte e vida.

Nesse período, as várias teorias sobre a conservação de patrimônio provocam muitas discussões, gerando muitas divergências e críticas. Para tentar minimizar essas discussões, muitos profissionais e instituições se debruçaram na tentativa de normatização de procedimentos básicos, que geraram as chamadas “Cartas Patrimoniais”, documentos normativos que

resultam do acordo entre especialistas e conservadores profissionais. (GRANATO; CAMPOS, 2013)

Segundo Huyssen (2014), todo processo de restauração ou intervenção na ruína é definido por ser uma “aura ameaçadora” desses vestígios. Mesmo sendo dito pelo autor que nenhum método faz com que a ideia de ruína autêntica seja preservada, ainda nos perguntamos se talvez essa linha de pensamento possa não estar tão correta como algumas teorias afirmam tão fielmente.

Mais à frente nessa questão, algumas questões poderiam ser levantadas, tais como: se há a possibilidade de que o uso da ruína seja destinado e redirecionado para um novo propósito, um que acompanhe as inovações tecnológicas de nossa sociedade. E se o intuito é preservar sua história e seu caráter único, por que devemos deixá-la à mercê do tempo e de sua ação predatória?

2.2 Estudos de caso

A construção para se caracterizar como uma ruína precisa passar por um constante processo de negligência ou catástrofe, a partir de onde seus detalhamentos e características se perdem, tornando-se um problema real, em especial em áreas urbanas. A readaptação de um edifício, na maioria dos casos, é a condição para sua sobrevivência quando sua função original desaparece, ou quando as características de sua arquitetura estão deterioradas a ponto de não mais satisfazerem às necessidades e exigências da sociedade atual.

Surgem assim, projetos de intervenção que têm como objetivo a requalificação da ruína. Para o desenvolvimento deste artigo, foram selecionados quatro estudos de caso para uma melhor análise acerca das diversas possibilidades de ações a serem implementadas. São eles: o Parque das Ruínas (Rio de Janeiro - Brasil), o Museu dos Pampas (Jaguarão - Brasil), o Mercado de Trajano (Roma - Itália) e o Santuário do Caraça (Catás Altas – Brasil).

A escolha destes objetos de estudo se deu pela diversidade de usos e tipologias distintas de intervenções, capazes de nos trazer uma visão ampla de possibilidades. Já o Caraça, traz também um componente pessoal pela possibilidade de visitá-lo pessoalmente.

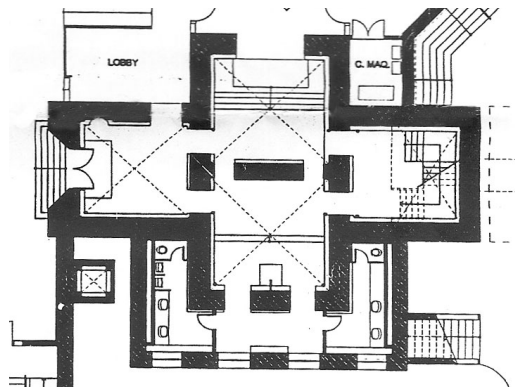
2.2.1 Parque das ruínas

O Parque das ruínas atualmente se trata de um mirante e um centro cultural na cidade do Rio de Janeiro. A casa foi construída na segunda metade do século XIX e é localizada no bairro de Santa Tereza.

Antigamente, a residência que originou o Parque das Ruínas foi propriedade de Laurinda Santos Lobo, conhecida como Marechala da Elegância. Ao decorrer do tempo, em 1930 o imóvel recebeu sucessivas reformas; mas com o falecimento da proprietária em 1946, a construção foi abandonada e negligenciada até que se chegasse ao estado de ruína.

Apresentando uma planta em cruz (figura 1), inspiração *Palladiana*, o Parque atualmente envolve duas edificações, a antiga residência histórica e um Museu (Chácara do Céu), que através de uma passarela metálica (figura 2), é conectado à ruína e seu terreno.

Figura 1 – Planta baixa do edifício do Parque das Ruínas



Fonte: Novaes (2010)

Figura 2 – Passarela de ligação entre a ruína e o museu

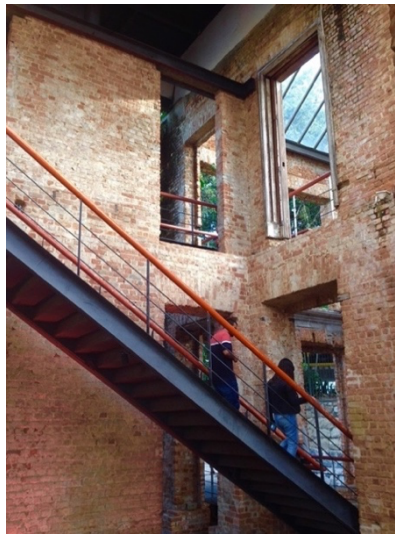


Fonte: Faria (2016)

Sem a intenção de restaurar a arquitetura original, os arquitetos Ernâni Freire e Sônia Lopes, “buscaram preservar, na ruína, a atmosfera de mistério” (FARIA, 2014); e a partir da utilização do aço e vidro, puderam preencher os vazios tomados pelo tempo sem que se tire da construção seu estado deteriorado. “O conceito de intervenção buscou tratar a ruína tal como ela estava, sem pretender recuperar ou restaurar sua arquitetura original. Procurou-se, na medida das possibilidades preservar o clima, a atmosfera, o mistério, enfim, não espantar os fantasmas.” (FREIRE, 1998)

Tendo como objetivo ser um local de passagem e reflexão, o projeto teve a presença de escadas e passarelas metálicas (figura 3), que junto com os vãos existentes na obra, ajudam o visitante a ter uma visão de recortes da cidade do Rio de Janeiro, funcionando como um mirante (figura 4). Na edificação resultante pôde também de certa forma, ter um resgate da volumetria original da obra, porém, como a materialidade escolhida prevalece o vidro, os arquitetos conseguiram fazer com que não houvesse alteração na luz da ruína existente, resultando na recuperação da cobertura da construção (figura 5).

Figura 3 – Estrutura metálica do Parque das Ruínas



Fonte: Dani Turismo (2016)

Figura 4 – Aberturas para a cidade do Rio de Janeiro dentro da construção



Fonte: Macieira/Riotur (2021)

Figura 5 – Exterior do resultado da intervenção feita na edificação do Parque das Ruínas



Fonte: Macieira/Riotur (2021)

2.2.2 Museu do Pampa

Construído entre os anos de 1880 e 1883 na cidade de Jaguarão no extremo sul do Estado do Rio Grande do Sul, a pré-existência neoclássica (figura 6) que deu origem ao projeto do Museu dos Pampas serviu como uma enfermaria militar até 1970, ano que marca o início de seu abandono.

Figura 6 – Vista da pré-existência da antiga enfermaria militar



Fonte: Júnior/Agência RBS (2013)

Ainda em fase de construção, o escritório Brasil Arquitetura, em conjunto com instituições locais e federais, idealizou o projeto de intervenção em meados de 2009. O tema central da proposta é a singularidade da paisagem física e humana da região gaúcha, o pampa. “[...], trata-se de um museu no qual os visitantes poderão vivenciar a especificidade e a riqueza da natureza, da cultura e da história da região, bem como da sua importância para a formação do país.” (FANUCCI; FERRAZ; SPIRA; GRINSPUM, 2009)

A requalificação da ruína existente feita pelos arquitetos se encaixa, segundo Brasil (2005), como uma intervenção no patrimônio edificado, que é classificado como um "conjunto de ações como, manutenção, restauração, estabilização, reabilitação, etc., que buscam dilatar o tempo de vida de uma edificação.” (SCHMITZ; ANDRADE; OLIVEIRA; SOARES; ROSA, 2020). Sendo assim, foi parte das obras iniciais, projetos de consolidação (figura 7) da ruína,

na qual consistiu principalmente na reposição da argamassa e pedras que situavam ao longo de sua fachada.

Figura 7 – Etapa de consolidação da ruína



Fonte: Divulgação/Donna (2013)

Utilizando-se do concreto armado, os autores optaram por unir o contemporâneo com o já existente, deixando claro para os visitantes a distinção das diferentes metodologias e épocas das construções ali presentes. Sendo assim, a união entre a edificação original e os novos volumes contemporâneos (figura 8 e 9) ao todo irão somar 2,3 mil metros quadrados. “O projeto procura, justamente, valorizar com essa imagem de abandono a força simbólica já impregnada no imaginário da comunidade de Jaguarão há quase quarenta anos.” (FANUCCI; FERRAZ; SPIRA; GRINSPUM, 2009).

Figura 8 – Visualização da proposta do Museu do Pampa pelo Brasil Arquitetura



Fonte: Brasil Arquitetura (2009)

Figura 9 – Fotografia do processo de construção da nova inserção contemporânea

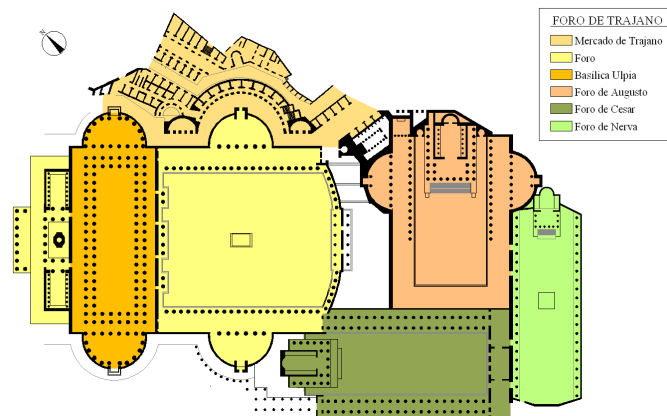


Fonte: Brasil Arquitetura (2009)

2.2.3 Mercado de Trajano

O Mercado de Trajano é um complexo de edifícios (figura 10) do período romano construído entre os anos de 100 e 110 d.C. localizado na encosta do monte Quirinal na cidade de Roma na Itália, e atualmente, após todos os processos de revitalização na antiga ruína, ele abriga um espaço de exposições fixas e periódicas, o Museu dos Fóruns Imperiais (figura 11).

Figura 10 – antigos fóruns imperiais



Fonte: Wikipédia (2011)

Figura 11 – Vista externa do museu dos Fóruns Imperiais (Mercado de Trajano)



Fonte: Italy Museum (ano desconhecido)

Em meados de 2004, os primeiros trabalhos de conservação começaram a ser feitos nas ruínas do Mercado pela *Sovrintendenza ai Beni Culturali di Roma Capitale*; neles, como parte da obra de consolidação da estrutura original, o reforço antissísmico do patrimônio arqueológico.

Já as intervenções arquitetônicas, feitas por Luigi Franciosini e Ricardo D'Aquino, bem como pelo *Estudio Labics* de Claudia Clemente, além da preservação propriamente dita, tiveram a preocupação na adaptação do espaço pré-existente para acomodar uma estrutura

acessível aos percursos de visitação (figura 12). Foram acrescentados escadas, rampas, elevadores, passarelas (figura 13), guarda-corpos, revestimentos de piso, sanitários, coberturas de vidro (iluminação zenital) e assim como outros fechamentos e esquadrias em vidro, aço ou madeira.

Figura 12 – Interior do Mercado de Trajano



Fonte: Baeta; Nery (2011)

Figura 13 – Passarela metálica na parte externa do museu do Mercado de Trajano



Fonte: Cappelletti (2004)

Apesar de todas as modificações feitas e todos os acréscimos seguirem uma linguagem contemporânea, elas se encontram coerentes com os vestígios, passam a ser inserções discretas e quase mudas. Assim, “respeitando seus vestígios romanos como documentos essenciais da história e das ruínas como elementos pitorescos [...]” (BAETA; NERY, 2017)

2.2.4 Santuário do Caraça

Para este objeto, foi realizado um estudo mais aprofundado acerca de sua história e do caráter de sua obra de requalificação, contando com uma entrevista com o arquiteto

responsável, e também com uma visita técnica no complexo do Caraça no estado de Minas Gerais.

O Santuário do Caraça foi fundado no século XVIII entre os municípios de Catas Altas e Santa Bárbara (MG) ao pé da Serra do Caraça. É uma propriedade de caráter histórico e principalmente religioso. Fundado aproximadamente no ano de 1770, o Santuário atualmente é composto por diversas edificações, sendo as principais, como mostra na figura 14, a igreja neogótica (1), a casa de hospedagem para padres e turistas (2), a pousada para turistas (3) e o restaurante (4) e a biblioteca do Caraça, ou também conhecido como o antigo Colégio do Caraça (5).

Figura 14 – Vista aérea do complexo do Santuário do Caraça

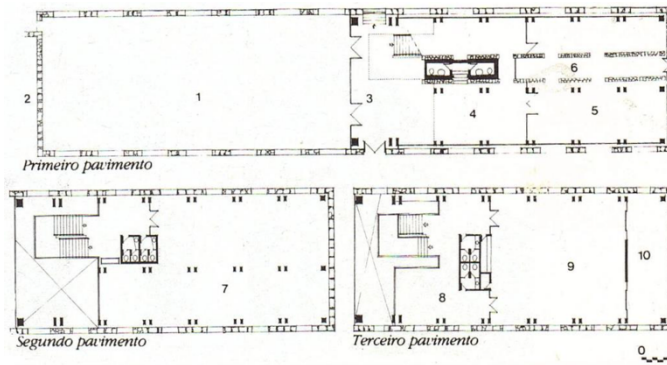


Fonte: Google Earth (2022)

Atualmente, “[...] é um santuário religioso, é aberto a toda e qualquer forma de culto de Credo para aqueles que querem se encontrar com Deus aqui, não só por meio da fé cristã, mas também por meio do seu encontro com a natureza.” (RPPN SANTUÁRIO DO CARAÇA, 2021). É também, um espaço de aprendizado, para aprender sobre a educação ambiental e sobre uma parcela bastante importante da história do Brasil que foi o complexo do Caraça.

O edifício do antigo colégio é uma construção oitocentista de 3 andares composta anteriormente por duas partes/alas, a norte (esquerda no térreo da figura 15) feita entre os anos 1871 e 1875 na gestão do Padre Clavelin, e a sul (direita no térreo da figura 15), levantada por volta do ano de 1895 pelo Padre Boavida. A primeira ala executada foi feita a partir de pedras que sustentavam o pavimento térreo e tijolos que compunham o segundo e terceiro pavimento; já a segunda e última parte da construção, foi feita inteiramente de alvenaria de pedra, tornando-se a tipologia mais sólida do antigo edifício do Colégio.

Figura 15 – Plantas do Colégio do Caraça



Fonte: Leal (1992)

Após 148 anos de funcionamento, no dia 28 de maio de 1968 ocorreu um grande incêndio no qual foi responsável pelo estado de ruína que a edificação acabou se deparando. Anos mais tarde, entre 1986 e 1989 foi concebido o projeto de revitalização do edifício pelo arquiteto Rodrigo Meniconi, no qual, também, disponibilizou uma parte de seu tempo para realizar uma entrevista em função do desenvolvimento desta pesquisa. Sua concepção para o projeto teve como ponto fundamental, a preservação do espírito da ruína, segundo o arquiteto, houve a necessidade da preservação da construção e de toda sua trajetória, mas também, do dever de assegurar a funcionalidade do edifício. Sendo assim, “O próprio conflito gerou a unidade”. (LEAL, 1992, p. 46)

Dentre os princípios que o projeto de requalificação tomou, não foram realizadas falsificações ou perda dos múltiplos acréscimos ao longo dos anos; e com a ajuda de técnicas modernas, conseguiu criar uma nova arquitetura aos escombros que ali se situavam, uma fundada “[...] no instigante confronto entre as estruturas incompletas e degradadas das ruínas, e o aspecto fechado e arrojado da nova arquitetura.” (BAETA; NERY, 2017).

Dentre as partes destruídas, se encontrou principalmente a ala esquerda do Colégio, justamente a primeira projetada que foi considerada como sendo a parte menos sólida feita de pedras e tijolos (na figura 16 é possível perceber que somente as partes de alvenaria de tijolo foram devastadas, permanecendo apenas sua base e pilastras de pedra do primeiro pavimento).

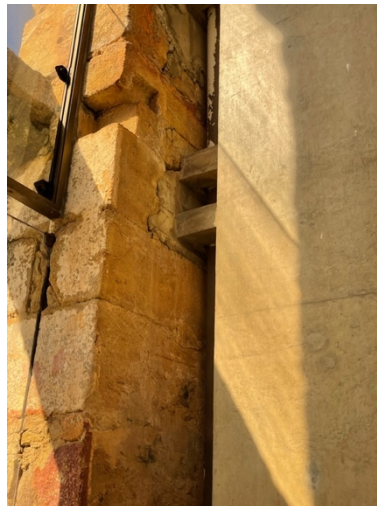
Figura 16 – Colégio do Caraça após projeto de intervenção



Fonte: Fotografia autoral (2022)

Como a maior parte do travamento da construção original era composta por madeira, no projeto houve a necessidade da fortificação da estrutura, portanto, foi utilizado o concreto armado em sua composição (figura 17). Além de sua estrutura, outras partes da construção original acabaram se perdendo, como é o caso de sua cobertura, que teve que ser reconstruída de material metálico.

Figura 17 – Estruturação em concreto do travamento horizontal da construção



Fonte: Fotografia autoral (2022)

Para fins de pesquisa e de um melhor entendimento do espaço e do projeto de requalificação ali adotado, foi realizado uma visita técnica ao Santuário. No local, pude perceber a relação da intervenção com a pré-existência de uma maneira mais pessoal; tive a oportunidade de ver todas as soluções ali implementadas e ter a experiência das sensações obtidas ao entrar na construção. E como complemento, realizei entrevistas com os visitantes e funcionários do local.

O primeiro entrevistado foi o coordenador ambiental do Santuário do Caraça, Douglas Henrique da Silva que ressaltou que o Colégio trata-se de uma obra que traz uma certa confusão, um choque quando se tem o contato pela primeira vez, pois comenta que quando o está olhando do lado de fora, fica evidente seu caráter histórico e antigo, mas quando se entra de fato nele, tem a impressão que se trata de um edifício novo e moderno, mas obviamente conseguindo ainda enxergar sua história mesmo por trás de sua atual “reforma”.

Ele também comentou que consegue perceber a importância de sua preservação, o porquê que o arquiteto decidiu manter certos elementos e adições que foram feitas; mas que por fim, comenta que o trabalho de requalificação feito no edifício agora começou a fazer parte de sua história, e que não faz sentido mais tentar enxergá-lo separadamente das novas estruturas realizadas, que hoje o antigo e o novo são um só elemento e passam a ser analisados ao todo como um só sistema.

Em seguida, foi entrevistado um grupo que estava realizando uma visita no edifício liderada pelo monitor ambiental, David Nazário. Das pessoas ali entrevistadas, praticamente todas as respostas do porquê estariam visitando aquele lugar chegaram em um consenso; de estarem ali por conta do caráter histórico e espiritual que o Caraça apresenta, de vivenciarem essa melhor qualidade dada pelo local. Comentaram ter a impressão que a questão da preservação histórica de modo geral no Brasil ainda é pouco debatida e de certa forma precária; porém, acreditam que o cenário no Estado de Minas Gerais em relação à importância do patrimônio histórico é maior comparado ao resto do país devido ao incentivo turístico que o estado possui.

Pouco mais adiante na linha de pensamento, um sacerdote religioso presente no grupo, Maycon Cristian Pedro, comenta que mora atualmente em uma construção tombada, comentando: “Nós sabemos o desafio que é equilibrar a ideia de tombamento no Brasil, a falta de recursos e a tentativa de manter as coisas como eram ou do possível equilíbrio entre o ontem e o hoje” e ainda prossegue, “até que ponto o restauro deve ter esse tipo de ideia? Qual é a ideia do restauro de fato? Se é trazer de volta o que era ou se é acompanhar a hermenêutica das reflexões?”. Com isso, levando a conversa ao real questionamento desta pesquisa: até que ponto devemos intervir em uma ruína? Ou também, se é certo simplesmente ignorar suas passagens no tempo e até mesmo estar submetido a cometer um falso histórico ao realizar um restauro assim como diz Boito (2008) em relação ao restauro estilístico de Viollet le Duc?

2.2.5 Sobre os estudos de caso

Mesmo já estando em estado de degradação, a partir dos estudos de caso mostrados, podemos ver claramente exemplos de como a partir do entendimento do espírito arruinado da construção, é possível gerar uma obra funcional e de aspectos únicos e excepcionais.

De um lado, vemos constantes tentativas, por parte dos órgãos de proteção ao patrimônio, da reconstrução integral ou parcial dos edifícios históricos arruinados, e do outro, somos apresentados a excelentes exemplos de como a fusão do histórico com as modernas técnicas de intervenção podem nos oferecer unidades potenciais que garantam tanto a funcionalidade da edificação, quanto o caráter pitoresco da ruína; resultando em uma obra fascinante e “[...], criando uma excepcionalidade que ultrapassa o destaque que o edifício preexistente e/ou sua ruína um dia tiveram, qualificando a intervenção como referência paradigmática para a arquitetura contemporânea.” (BAETA, NERY, 2017)

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conciliar o estado que a ruína se encontra, sua memória e sua funcionalidade pode ser uma tarefa bastante complicada. Facilmente um arquiteto restaurador pode, mesmo com as melhores intenções, acabar depreciando a ruína enquanto legado histórico e social. É importante também pontuar a dificuldade em estabelecer regras gerais para os projetos de requalificação, visto que cada vestígio possui sua formação individual e única.

Após a compreensão dos vestígios enquanto testemunhos históricos, algumas medidas podem ser realizadas, tais quais a adequação da funcionalidade da ruína, a adição de inserções contemporâneas que deixem explícito sua distinção da construção original (entre o antigo e o novo), como é o exemplo dos estudos de caso mencionados neste artigo, ou até mesmo intervenções que têm como objetivo a reintegração da imagem ou da volumetria original, mesmo que de forma parcial, da pré-existência, como sendo o caso mais evidente, o Parque da Ruína. Em algumas ocasiões, poderíamos não estar mais falando de uma obra de restauro propriamente dita, mas, conforme Andrade (2008), na esfera da criação arquitetônica.

Com a ajuda da revisão bibliográfica e dos estudos de caso, pôde-se ter uma melhor percepção acerca da importância da temática da ruína não só enquanto objeto a ser conservado, mas também, como uma unidade potencial capaz de integrar novos projetos de uma maneira criativa e única. Foi possível o entendimento do restauro como ato crítico e criativo no qual pode ser o criador de novas relações, e da importância ao respeito da ruína enquanto monumento único a ponto de suas intervenções terem como essência, a preservação de seus vestígios como documentos essenciais da história e o resgate de sua integridade com o contexto em que está inserida.

4. REFERÊNCIAS

- ANDRADE, N. J. **A re-semantização das ruínas na modernidade e sua dignificação pela arquitetura contemporânea**. In: Encontro Nacional de Arquitetos, Arquimemória, 3. 2008. Salvador. Anais... Salvador: IAB, 2008
- BAETA, R. B.; NERY, J. C. Reflexões sobre intervenções arquitetônicas contemporâneas em ruínas. **Oculum Ensaios**, [S.l.], v.14, n.2, p. 217-240, set. 2017. DOI: 10.24220/2318-0919v14n2a3871. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/oculum/article/view/3871>. Acesso em: 23 mar. 2021.
- BRANDI, C. **Teoria da restauração**. 4. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2017. 264 p.
- BRASIL. Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural. Brasília: Ministério da Cultura, Instituto do Programa Monumenta, 2005. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadTec1_Manual_de_Elaboracao_de_Projetos_m.pdf. Acesso em: 14 mar. 2022.
- BOITO, C. **Os restauradores**. Tradução: Paulo M. Kühl e Beatriz M. Kühl. 3. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2008. 64 p.
- FARIA, G. H. C. A experiência do Parque das Ruínas. **Vitruvius**. São Paulo: Arquiteturismo, 2014. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquiteturismo/14.156/7693>. Acesso em: 22 fev. 2022.
- FANUCCI, F.; FERRAZ, M.; SPIRA, V.; GRINSPUM, G. Museu do Pampa. **Brasil Arquitetura**. São Paulo: Brasil Arquitetura, 2009. Disponível em: <http://brasilarquitetura.com/#>. Acesso em: 25 fev. 2022.
- FREIRE, E. Obra do tempo: Parque das Ruínas. **Arquitetura AU - Arquitetura Urbanismo**, São Paulo, n. 78, 1998.
- GRANATO, M.; CAMPOS, G. N. Teorias da conservação e desafios relacionados aos acervos científicos. **MIDAS**, cidade, p. [62-75], abr. 2013.
- HUYSEN, A. **Culturas do passado-presente**: modernismos, artes visuais, políticas da memória. Tradução: Vera Ribeiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014. 216 p.
- JUSTICIA, M. J. M. **La restauración de bienes culturales en los textos normativos**: selección, traducción y estudios críticos de documentos normativos internacionales y nacionales. Granada: Editorial Comares, 2008. 368 p.
- Kühl, B. M. (org.). **Gustavo Giovannoni**: textos escolhidos. Tradução: Renata C. Cabral, Carlos R. M. De Andrade e Beatriz M. Kühl. 1. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2013. 208 p.
- Kühl, B. M. **Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização**: problemas teóricos de restauro. 2. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2018. 328 p.
- LEAL, E. Patrimônio: Colégio do Caraça. **Revista AU - Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, n. 44, p. 44-48, 1992.
- RIEGL, A. **O culto moderno dos monumentos**: e outros ensaios estéticos. Tradução: João T. Proença. 1. ed. Lisboa: Edições 70, 2016. 173 p.

RUSKIN, J. **A lâmpada da memória**. Tradução: Maria Lucia B. Pinheiro. 1. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2008. 88 p.

RPPN SANTUÁRIO DO CARAÇA, **Santuário do Caraça – Documentário**. Catas Altas: Navalha Produtora Audiovisual, 2021. 1 vídeo (29 min e 25 seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jr9N4cxKXgQ>. Acesso em: 10 mai. 2022.

SCHMITZ, J. V. M.; ANDRADE, B. F.; OLIVEIRA, T. D.; SOARES, I. N.; ROSA, N. R. **Análise de um bem imóvel tombado**: estudo de caso da intervenção arquitetônica no Museu do Pampa. In: Seminário de Iniciação Científica, 28., 2020, Unijuí. *Anais...* Unijuí: Salão do Conhecimento, 2020. p. [1-5].

SILVA, R. T. S. **Preservação e sustentabilidade**: restauros e retrofits. 2013. 112 f. Dissertação (Mestrado em Projeto) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

VIOLLET-LE-DEC, E. E. **Restauração**. Tradução: Beatriz M. Kühl. 4. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2019. 80 p.

Contatos: laura@vipway.net.br e guilherme.michelin@mackenzie.br